



CURSO Controle Patrimonial nas Entidades Públicas: Leis e Rotinas (atualizado de acordo com as últimas NBCASP e MCASP)

APRESENTAÇÃO

O controle patrimonial é, sem dúvida, um dos pilares da administração governamental. A sua eficácia, porém, não depende somente da criação e manutenção do chamado “setor de patrimônio”. É necessário, antes de tudo, de conscientização. Nessa linha, este treinamento visa contribuir para a ampla divulgação do que a legislação e os entendimentos dos agentes fiscalizadores reservam para o controle dos bens públicos, permitindo, além do conhecimento técnico, uma profunda reflexão sobre a matéria.

Soma-se à importância do tema os regramentos contidos na quinta edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, com regras válidas a partir de 01.01.2013 e nas exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCT 16.

Este treinamento contempla não somente a adequação às novas normas, mas também a proposição de rotinas que abrangem desde a incorporação de um bem até a sua alienação, envolvendo todas as etapas do controle do patrimônio imobilizado.

Complementarmente, é cabível o alerta de que as adequações das rotinas pertinentes ao ingresso, movimentação e baixa dos bens permanentes, sejam efetivadas de acordo com o cronograma desenvolvido em atendimento às Portarias STN 828/2011 e 753/2012.

OBJETIVO

Apresentar aos participantes do curso uma estrutura de controle patrimonial que atenda à legislação vigente. Para isso, será trabalhada a legislação vigente por meio de situações práticas e objetivas, de forma que o participante possa aplicá-las no dia a dia administração patrimonial. Complementarmente, haverá espaço reservado para análise de vários apontamentos do Tribunal de Contas do Estado, da União e de outros órgãos fiscalizadores. Serão utilizados exercícios, análise de casos e atividade prática. Serão fornecidos inúmeros modelos.

PÚBLICO ALVO

Gestores, Advogados, Gestores Patrimoniais, servidores do Setor de Patrimônio, Contabilistas, membros do controle interno e demais servidores envolvidos com o controle patrimonial.

CONTEÚDO

PARTE I) Mudanças conceituais

1. Classificação da despesa e formas de controle:
 - 1.1 Permanente x Consumo;
 - 1.2 Softwares;
 - 1.3 Material para distribuição gratuita;
 - 1.4 Livros e demais materiais bibliográficos;
 - 1.5 Pen drives e periféricos;
 - 1.6 Bens adquiridos para doação;
 - 1.7 Obras x serviços de terceiros
 - 1.8 Durabilidade, fragilidade, incorporabilidade, transformabilidade e perecibilidade.
 - 1.9. Demais casos para análise da classificação da despesa com correlação ao controle patrimonial.

A) Aspectos gerais

1 Setor de Patrimônio

- 1.1 Abrangência: Visão Macro
- 1.2 Principais Atribuições
- 1.3 Legislação Patrimonial
- 1.4 Integração entre o Controle Patrimonial e a Contabilidade
2. Arquivamento

B) Rotinas Patrimoniais

3 Ingresso de Bens

3.1 Regras e legislação sobre recebimento dos Bens

- 4 Incorporação / Tombamento – aspectos gerais e legislação
 - 4.1 Considerações Contábeis
 - 4.2 Registro no SIP - Sistema Informatizado Patrimonial
 - 4.3 Geração do Número de Tombamento do Bem

- 4.4 Etiquetação / Emplacamento dos Bens
- 4.5 Modelo de Termo de Responsabilidade
- 5 Definição de bem permanente
 - 5.1 Bens de Uso: Comum, Especial e Dominical
- 6 Conserto e Reparo de Bens
 - 6.1 Modelo de Termo de Reparo de Bem Patrimonial
- 7 Transferência de Bens
- 8 Baixa Patrimonial
 - 8.1 Modelo de Termo de Baixa
 - 8.2 Doação
 - 8.2.1 Considerações Contábeis
 - 8.3 Cessão de Uso
 - 8.3.1 Considerações Contábeis
 - 8.3.2 Modelo de Termo de Cessão de Uso
 - 8.4 Inutilização
 - 8.5 Extravio ou Furto
 - 8.6 Venda / Leilão
 - 8.7 Bens Inservíveis
 - 8.8 Sucata
 - 8.8.1 Roteiro Básico para Venda de Sucata
 - 8.8.2 Sucata – Considerações Contábeis
- 9 Noções básicas sobre inventário, depreciação e avaliação de bens
- 10 Apontamentos do TCE e TCU
- 11 Outros assuntos correlatos e pertinentes

FACILITADOR

Diogo Duarte Barbosa Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Integra a Comissão de Estudos de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul - CRC-RS. É instrutor em nível nacional de treinamentos em CASP e controle patrimonial. É Diretor Técnico da CASP Online (www.casponline.com.br).

LOCAL E DATA

São Paulo - SP

Data: 06 de dezembro de 2013

Local: Braston Hotel – Rua Martins Fontes, 330 – Centro – São Paulo/SP

Carga horária: 8 h/aula

Horário: 9 00 h às 12 00 h e 13 00 h às 18 00 h

Investimento: R\$ 600,00 por participante – Agentes Públicos (servidores públicos, agentes políticos)

Participantes do 34º Congresso – R\$ 500,00

Demais interessados – R\$ 1.000,00

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

As inscrições devem ser feitas mediante a remessa da ficha de inscrição via fax ou internet.

A confirmação se dará após o pagamento que poderá ser via nota de empenho, cheque nominal, ordem de pagamento ou depósito a favor da ACOPESP – CNPJ 51.174.381/0001-66.

Santander Ag. 0658 – CC 13-005029-9

Banco do Brasil Ag. 2807-x – CC 10.003-X

ACOPESP – Associação dos Contabilistas e Orçamentistas Públicos do Estado de São Paulo – Tel. 11 3735 7221 – www.acopesp.org.br – email acopesp@acopesp.org.br

FICHA DE INSCRIÇÃO

CONTROLE PATRIMONIAL NAS ENTIDADES PÚBLICAS SÃO PAULO/SP 06 DE DEZEMBRO DE 2013

ATENÇÃO – FAVOR PREENCHER COM LETRA LEGÍVEL

Participante _____

Município _____ ESTADO _____

Entidade em que trabalha (Pref/Câm/etc.) _____ Cargo ou Função _____

Endereço para correspondência Rua/Av./Pça. _____

Bairro _____

Cidade _____ Estado _____ CEP _____

Tels. (____) _____ E-mail _____ Data ____/____/2013